



**DISSEMINAÇÃO, DISCURSOS E OBJETIVOS DE PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS DO
TERCEIRO SETOR: IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DO ESPORTE E LAZER.**

Luciano Leonidio
Vild Menezes
Carlos Pedroso
Thiago Seixas

RESUMO

O trabalho em questão discute a intervenção de projetos sociais na área de Esporte e Lazer advindos do Terceiro Setor. Para isto, analisamos com base na ainda incipiente literatura que debate a temática os seguintes aspectos: A disseminação e atuação cada vez mais freqüente em território brasileiro; Os discursos lineares e 'salvacionistas' que muitas vezes são utilizados por estas instituições; Os objetivos estabelecidos para as atividades destes projetos. Além destes, abordamos as justificativas utilizadas para a valorização e consolidação destas intervenções e as possíveis relações com a gestão do esporte e do lazer.

Palavras-Chave: Esporte; Projetos Sociais;

ABSTRACT

The work in question is proposed to discuss the involvement of social projects in the area of Sport and Leisure coming from the Third Sector. For this, based on analyzed nascent literature that debates the issue in the following respects: The spread and work increasingly frequent in Brazil; The discourse linear 'salvationists' which are often used by these institutions; The objectives established for activities these projects. Besides these, approach the justifications used for the recovery and consolidation of these interventions and possible relationships with the management of sport and leisure.

Keywords: Sport; Social Projects.

RESUMEN

La obra en cuestión se propone discutir la participación de proyectos sociales en el área de Deporte e el ocio procedentes del Tercer Sector. Para ello, se basa en el análisis de la literatura naciente que los debates sobre la cuestión en los siguientes aspectos: La difusión y el trabajo cada vez más frecuentes en Brasil; Y "salvacionistas" discurso lineal que a menudo son utilizados por estas instituciones, los objetivos establecidos para las actividades realizadas por estos proyectos. Además de estos, se discuten las justificaciones utilizadas para la recuperación



y consolidación de estas intervenciones y las posibles relaciones com la administración del deporte y el ocio.

Palabras Clave: *Deporte; Proyectos Sociales;*

Sabemos que, dentre os diversos fenômenos sociais, são poucos os que possuem uma atenção tão evidente na sociedade como o Esporte. Quaisquer que sejam os meios comunicativos, dificilmente ficamos passivos com o que acontece no interior do mundo esportivo.

Basta olharmos à nossa volta que percebemos claramente o espaço adquirido pelas práticas esportivas na atualidade: uma ampla atenção dada pela mídia, através da quantidade significativa de jornais e revistas com cadernos/seções dedicados ao esporte; pelo crescimento do número de canais televisivos (abertos e/ou fechados) com programas que discutem/apresentam importantes acontecimentos da cena esportiva; uma elevada movimentação do capital pelas indústrias do lazer, turismo, vestuário, entretenimento, equipamentos esportivos, e pesquisas científicas, dentre outros.

Grandes eventos esportivos cativam a atenção de milhares de pessoas, propagando sentimentos como dramas, glórias, superações, tensões, alegrias, além de evidenciar o próprio limite humano (tanto fisiológico quanto emotivo), que dimensiona o esporte como um fenômeno sociocultural, com grandes proporções.

Além do aspecto “mídia”, o alto número de praticantes em todo o mundo das mais diferentes modalidades, evidencia que, pela sua crescente relevância social, o Esporte transformou-se em um dos mais importantes fenômenos de nossa época. (LEONIDIO, 2010).

Entretanto, apesar deste grande interesse, as práticas esportivas ainda não recebem a legitimação social no âmbito das políticas públicas. Apesar de preconizado como direito em nossa Constituição, vivemos em um cenário escasso de acesso aos direitos sociais, ficando o esporte à margem ou em segundo plano.

Ao confrontarmos o amplo interesse pelas práticas esportivas e as lacunas que existem na oferta de tais práticas, abrem espaço para uma pulverização de projetos e ações de cunho social. Estas ações, muitas vezes são iniciativas do Terceiro Setor, conceito que abrange o conjunto de organizações privadas, mas que exercem serviços de caráter público¹. Definida por SANTOS (1999) como,

uma designação residual e vaga, com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações não-governamentais sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações de solidariedade social, organizações não-governamentais,

¹ Para maiores aprofundamento do conceito sugerimos: ALBUQUERQUE (2006); MONTAÑO (2007); PIMENTA, SARAIVA e CORRÊA (2006); UNIVERSITY JOHN HOPKINS (2003).



organizações quase-não-governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base etc. (SANTOS, 1999, p. 251).

Nesse sentido buscamos, através do presente, diagnosticar com base na literatura como se articulam as ações dos projetos esportivos sociais advindos do Terceiro Setor, sobretudo no que se refere a seus objetivos de intervenções e os discursos utilizados para legitimar tais intuitos. Estas considerações buscam refletir quais são as possíveis implicações destas concepções no interior da gestão do esporte.

O debate sobre estas instituições apesar de ainda se apresentar de forma incipiente, vem ganhando força e consistência no âmbito acadêmico e esportivo.

Considerando o termo “projeto” vinculamos diretamente a idéia de conceber, criar, dispor, esboçar, traçar determinada ação. Armani (2009) nos mostra que um projeto parte de uma idéia inicial, de um dado interesse de se realizar algo, que toma forma através de um esquema lógico, traçando um esboço provisório, haja vista a necessidade ampliada de constante aprendizado e reformulação. Segundo o autor, projeto social é definido como,

uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultado e atividades baseadas em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo. (ARMANI, 2009, p. 18).

Se tratarmos o conceito por outro viés, qualquer projeto que fosse desenvolvido em sociedade deveria ser considerado um projeto social, conforme nos aponta Melo (2008). Mesmo aqueles com objetivos individuais, indiretamente, apresentam um caráter social, uma vez que precisam ser vivenciados em um espaço coletivo. Para o autor, a reflexão sobre esta discussão, nos alerta para a compreensão estabelecida em senso comum a de que “projetos sociais” são exclusivamente aqueles desenvolvidos em comunidades de baixa renda, ou ainda por/para algum grupo social “excluído” sob diversas possibilidades. Concepção esta bastante disseminada em todo o território nacional.

Pautados neste pensamento, e veiculando tal conceito, percebemos sem muita dificuldade o expressivo número destas ações que utilizam o esporte como objeto de intervenção. Para Thomassim e Stigger (2009) o que presenciamos de fato não é apenas o aumento significativo da oferta do esporte em projetos sociais, acrescenta-se a isso uma ampliação dos discursos públicos sobre tais projetos. Para os autores, este crescimento se deve principalmente ao fato das mudanças ideológicas e políticas que aconteceram no Brasil nos anos 90, através da hegemonia do pensamento neoliberal. Estas mudanças nas relações entre Estado e sociedade, trouxeram ao nosso cotidiano expressões como, Terceiro Setor, Voluntariado, parcerias, dentre outras.

E é nesta esteira que se começa a veicular um “suposto” novo conceito de esporte, o que MELO (2007 a) denomina de “esporte social”, vertente que indicaria as ações públicas e privadas, voltadas principalmente para o benefício de crianças e adolescentes, e traria consigo a absorção de valores tais como inclusão social, cidadania, cooperação, solidariedade, dentre outros.

Nesse contexto, as ações sociais advindas dos poderes públicos e privados ou ainda em forma de parceria entre as duas esferas, ganham destaque. Estas se apresentam como aliadas na ‘luta’ a favor da inclusão social, e são freqüentemente veiculadas na mídia. Nesta concepção de parceria, “surrealmente”, Estado e Mercado se unem em prol da “inclusão social”, numa espécie de “face social” do capitalismo (Melo, 2005 e 2007 a).



Segundo Melo (2007 a), ao pensarmos num “esporte social”, poderíamos refletir sobre o processo de garantia do mesmo como um direito social adquirido², entretanto, em um momento histórico onde prepondera um perfil de intervenção estatal muito mais gerencial do que executora. Segundo esta concepção, o esporte social está a cabo do “terceiro setor” ou da sociedade civil. Este se constitui nos projetos sociais que atuam, principalmente, para a juventude em comunidades carentes.

Por outro lado, o tema esporte tem sido alvo, nos últimos anos, também de políticas públicas, sobretudo após a criação do Ministério do Esporte em 2003. Essas políticas pretendem atingir os mais diversos objetivos, absorvendo concepções que dialogam desde a redução de índices negativos (violência, criminalidade, etc.) até o fomento de ações sociais.

Em documentos oficiais do Ministério em questão, veicula-se a idéia de junção do termo ‘Esporte Social’ às outras três dimensões sociais do esporte, caracterizadas por Tubino (2001) como Esporte Educacional, Esporte Participação e Esporte Rendimento. Afirma-se ainda que a perspectiva “social” deveria estar presente em todas as outras dimensões.

Em Brasil (2004) admite-se a expressão “esporte social’ funcionando como uma categoria a mais nas dimensões sociais do esporte. Segundo as resoluções da I Conferência Nacional do Esporte, a expressão nasceu do processo de debates com a sociedade e reflete diretamente a preocupação com a inclusão social. Deste modo, justifica-se a necessidade de políticas que, embora específicas, perpassem também as outras três dimensões, alegando que a preocupação com o social deve estar inserida na prática esportiva no interior do espaço escolar, no lazer e também no alto rendimento.

Na instância não-governamental, observamos que a utilização do termo “esporte social” aparece ainda de forma mais intensa. Dentre essas ações, podemos apontar projetos de atletas e ex-atletas, além de outros tipos de organizações que se apresentam como parte do Terceiro Setor.

Diante de tal difusão, nos indagamos: por que o esporte encontra nessa vertente de ação social um destaque tão evidente? Se pensarmos no (ainda) elevado índice de pobreza de nosso país, e nas grandes dificuldades encontradas para a garantia de uma série de direitos sociais, por que, então, que as políticas de esporte vêm ganhando tanta atenção nessa agenda? Por que muitas vezes são creditadas, na oferta de atividades de esporte e lazer, a resolução de diversos problemas sociais, mesmo sem apresentar nenhuma relação lógica com o praticar ou não esportes?

Guedes *et al.* (2006) nos relatam que a difusão de uma valorização da educação, colocada em inúmeros discursos como a única forma de superar as desigualdades sociais na população brasileira, atrelada à concepção de uma escola pública de má qualidade e à ausência quase que total de políticas públicas esportivas eficazes, cria o contexto necessário e o terreno apropriado para a proliferação de projetos sociais esportivos.

Buscando alguns pontos para a reflexão da temática, Tabares (2006) nos relata que a Educação Física, o Esporte e o Lazer, por meio de atividades esportivas e de recreação, constituem-se num importante mediador do desenvolvimento humano, haja vista serem fenômenos que carregam em si características como participação, encontro e um amplo exame da sociedade atual.

Ainda segundo o autor, o Esporte e o Lazer enquanto direitos dos cidadãos, e que possibilitam o bem-estar humano, precisam ser promovidos não apenas na perspectiva da garantia da oferta de bens e

² Vide Artigo 217 da Constituição da República Federativa do Brasil.



serviços, mas também do ponto de vista do fortalecimento dos graus de autonomia e participação das pessoas e da comunidade.

Segundo Correia (2008), é por este motivo que o campo em questão vem sendo incluído em muitas ações estatais e não-governamentais, com o intuito de preencher as carências dos grupos ditos como socialmente desfavorecidos.

Caso tomássemos para a área sentimentos de ordem corporativista, poderíamos afirmar que tal questão seria um ganho significativo para a Educação Física, que, desta forma, estaria conseguindo valorizar-se como uma profissão de extrema relevância social. Contudo, a suposta relevância social é correspondente direta da concepção do esporte dita pelo senso comum, com práticas “saudáveis”, “educativas” e “socializantes”, apontando uma visão unânime. De fato, existe uma combinação (muito conveniente por sinal) na forma de conceber as iniciativas de projetos sociais e o conteúdo do discurso de um esporte enquanto elemento redentor. (THOMASSIM e STTIGER, 2009; MELO, 2005).

E é neste ensejo que o esporte muitas vezes vem sendo apresentado de modo linear, tendo como base uma prática social de lazer que contribuiria para a formação humana, promoção de saúde, além de ser um elemento extremamente socializador para um contingente significativo de crianças, jovens, adultos e idosos.

Essa questão implica diretamente na disseminação da noção da prática esportiva como algo por si só benéfico. A partir disto, então, observamos um acréscimo de políticas públicas e privadas de esporte, principalmente no que tange à sua visibilidade pública (MELO, 2005).

Melo (2007 a) nos interroga, com o intuito de tentar esclarecer o conceito de “Esporte Social”, as seguintes questões: “Teria mesmo esse termo a capacidade de expressar um novo conceito de esporte? Estamos diante de um conceito de densidade explicativa na realidade? Ou se trata de mais um modismo tão recorrente na Educação Física?” (MELO, 2007 a, p. 56).

Nesse sentido, não podemos ignorar que o termo “esporte social” tem servido para nomear a ação do conjunto dos projetos sociais, viabilizados por ONGs, organizações privadas ou ainda algumas políticas públicas estatais.

Conforme Molina (2007), acreditamos que políticas, programas e projetos advindos de qualquer âmbito da sociedade (Estado, Mercado ou Terceiro Setor) têm contribuído na potencialização quantitativa do esporte principalmente na infância e adolescência, por meio da mídia e das Políticas Públicas de Esporte. Entretanto, a autora afirma que ainda existe pouca reflexão crítica do ponto de vista político-pedagógico para sustentar a análise dos impactos qualitativos desta prática nos grupos em que se inserem.

Por outro lado, Oliveira e Húngaro (2007), relata que o crescimento do Terceiro Setor no campo do esporte e lazer não deve ser entendido como agente democratizador das relações sociais, e sim entendido como o fortalecimento da lógica neoliberal no enfrentamento da “questão social”.

No que se refere a um entendimento de Terceiro Setor a partir de uma lógica neoliberal, concebendo-o como estratégia de minimização estatal na execução de políticas sociais, diversos autores justificam sua intervenção por tal ótica. Dentre eles podemos citar Melo (2005; 2007 a; 2007 b), Martins e Melo (2004), Correia (2008), Guedes *et al.* (2006), Rezer *et al.* (2007) e Molina (2007), que elencam diversos aspectos para se refletir sobre este ponto de vista.

Para Silva (2006), tais práticas têm a intenção de constituir ideologicamente a estratégia de minimização do Estado em detrimento das demandas sociais. A aparelhagem estatal, por sua vez, direciona suas intervenções na sua capacidade de investimento na reprodução do capital e imbuí a sociedade a assumir ações no campo social.



Exemplificando tal concepção, Correia (2008) reconhece a atuação do Terceiro Setor como mercantilista e assistencialista, que busca simplificar e aumentar a probabilidade de solucionarem os problemas e as mazelas sociais. Neste contexto, as atividades intrínsecas no campo da Educação Física, Esporte e Lazer acabam munindo tais interesses sendo integrados para atender às demandas do Terceiro Setor. Para o autor, a visão da sociedade diante do campo, contribui diretamente com este fato (Educação Física como promotora de saúde, o esporte como moralizador e disciplinador e o lazer como forma rica de entretenimento).

Ainda segundo o autor, os projetos sociais da área são equivocadamente planejados e avaliados, fato este bastante perceptível ao voltarmos às análises das intervenções destes projetos acerca do impacto direto ou indireto com os problemas sociais que se propõem a atender.

Conforme Tavares (2006), a disposição instrumental dada pelo campo da Educação Física tem guiado muitos projetos dotados de boas intenções a não se consolidarem como importantes elementos na mudança da realidade da comunidade que atendem, bem como a uma transformação social mais ampla. Adiciona-se a isso, a carência técnica e metodológica da área para a checagem dos resultados de seus programas sociais. Muitas vezes, por causa do desconhecimento de alguns conceitos básicos de planejamento e avaliação, observam-se o desperdício de recursos e a frustração das expectativas esperadas, favorecendo o desgaste do uso do termo “projeto” em nossa área.

Correia (2008) acredita que tais ações necessitam contribuir não só para o pensamento emancipatório de tais comunidades, mas principalmente na vontade de emancipação pela ótica das comunidades, no empenho de dar a elas conhecimentos e condições para o exercício de uma cidadania plena. Um desempenho que não entregue ao Terceiro Setor o papel de substituição do Estado na gestão e execução das políticas sociais, mas que fomente nos sujeitos atendidos caminhos para a aquisição de competência, autonomia e representação social e política.

Ainda para o autor, a inclusão da Educação Física, Esporte e Lazer na intervenção com grupos ditos em estado de vulnerabilidade social precisa ultrapassar a barreira do simples entretenimento e da mera intervenção de atividades ou serviços explorados de mercado social. Para isto, existe a necessidade de cautela ao denominar algumas comunidades como carentes e/ou vulneráveis, uma vez que ao deixar de reconhecer esses grupos como excluídos, poderemos assumir um caráter “clientelista, assistencialista, paternalista ou utilitarista” oferecendo às comunidades uma espécie de “ação caridosa”, contrapondo desta forma o que de fato tais ações representam: um direito adquirido para toda a população.

A prática de esporte e lazer pode articular tais questões, de modo a garantir a participação social e política dos indivíduos atendidos pelos projetos de Esporte e Lazer do Terceiro Setor. Isto pode se configurar, talvez, como o principal objetivo dos mesmos para atingir o seu potencial de mediador do desenvolvimento social e humano.

Segundo Tabares (2006), garantir o direito à prática esportiva e de lazer é também promover a organização das comunidades, compor e compactar organizações esportivas e recreativas, articular intervenções em diferentes instâncias, instituições e comunidades, sensibilizar e disseminar o valor das práticas de esporte e lazer, além de apresentar múltiplas alternativas para esta garantia.

A principal justificativa para a implementação de projetos sociais do Terceiro Setor, com foco de intervenção na prática de esporte e lazer, é fundamentada por meio da ocupação do tempo livre, como uma espécie de solução aos problemas relacionados à violência, à criminalidade, ao uso de drogas, dentre outros.



Guedes *et al.* (2006) relatam a existência de certa uniformidade dos discursos que legitimam os projetos e ações sociais de esporte e lazer de uma maneira geral. As autoras consideram que a visão da preocupação em ocupar crianças e jovens está intimamente ligada às principais justificativas de ação dos projetos sociais de esporte e lazer no Brasil. A partir destas intervenções, no cotidiano dos atendidos, restaria menos tempo livre para “atividades ilegais”.

Melo (2007 a) exemplifica esta concepção ao relatar que não é tão incomum ouvir assertivas de que o jovem que pratica esporte não se envolve com drogas, ou ainda argumentos mais conservadores que se articulem com a relação de tempo livre, como se essa fosse a chave de todos os males e problemas da juventude.

Ao se dissertar tais argumentos na formulação e execução de projetos social o posicionamento de que o envolvimento com delitos acontece “por não ter nada pra fazer”, adota certa linearidade na posição entre a falta de opções de lazer e o “ingresso no mundo do crime”. Esta prática reducionista e discriminatória gera uma visão de que os programas e/ou projetos sociais encontrariam no esporte e no lazer o “medicamento sedativo”, servindo de “antídoto” para coibir práticas criminosas e/ou ilegais, uma forma de “anestésico social” numa perspectiva conservadora de controle da sociedade. Esta concepção “salvacionista” está bastante presente em diversos momentos de projetos sociais de esporte e lazer do Terceiro Setor, bem como de iniciativas públicas (MELO, 2005; MELO, 2007 a; CORREIA, 2008).

Outra tendência que se articula nas políticas públicas de esporte e nas intervenções do Terceiro Setor é a ideia de que intervenções como essas serviriam como “celeiros” de novos talentos, trazendo de volta a antiga concepção vinculada à pirâmide esportiva nos tempos de ditadura militar. Deste modo, a “democratização” da prática esportiva traria consigo novos talentos e com isso o país obteria melhores resultados em competições internacionais.

Essa visão de profissionalização esportiva dos jovens conforme o olhar dado por Martins e Melo (2004) normalmente aborda a questão dos problemas da juventude e suas soluções a partir de iniciativas individuais. Deste modo, o sucesso de um dos jovens participantes alcançando o alto nível servirá de exemplo para os demais. Neste processo de individualização, cabe aos jovens, através de seus esforços e talentos, buscarem o seu espaço, pois, nesta concepção, todos têm condições de alcançar o sucesso, bastando “apenas” dedicação. Aqueles que porventura não o alcançar, não se dedicaram o suficiente.

Na concepção de Rezer *et al.* (2007), a lógica pautada pelos projetos esportivos sociais deve buscar contemplar a aproximação de propostas vinculadas ao contexto escolar e não ao entendimento do contexto esportivo. É nesse sentido que talvez tornar-se-á possível substituir o padrão hegemônico e “pouco social” da iniciação esportiva ao rendimento presente em muitos projetos sociais de esporte.

Uma questão bastante abordada nas justificativas dos projetos sociais e de políticas públicas vinculadas ao esporte e ao lazer é inclusão social. Segundo Rezer *et al.* (2007), o esporte, neste cenário, apresenta elementos articulados numa lógica de tranquilização e adaptação social, sob uma “pretensa” perspectiva inclusiva. Para os autores, esta assertiva foge das possibilidades concretas de intervenção, compondo um discurso “ingênuo” e atrelado aos interesses do capital.

Os autores são incisivos ao afirmar que tal veiculação não passa de uma “banalização político-epistemológica”, argumentando não ser possível que, ao participar de aulas de dança, futebol, etc, perceberem fatores de inclusão social. A inclusão social depende de outros fatores, extremamente mais complexos, tais como políticas públicas sociais de uma forma geral, articulação das comunidades, dos movimentos sociais, resistência e luta política, ou seja, uma ressignificação das relações humanas (REZER *et al.*, 2007).



Para exemplificar tais assertivas, observamos nas veiculações do horário eleitoral gratuito de rádio e televisão, as discussões que os candidatos a Presidência da República traziam para as políticas públicas de esporte. Em um desses momentos, fica bastante perceptível a forma como o esporte é concebido linearmente na conjuntura do senso comum.

Eu não tenho dúvida de que quanto mais a gente aproxima o jovem do esporte, mais ele fica longe do perigo das drogas. Foi por isso que o nosso governo deu uma nova visão ao esporte, diferente do governo anterior que tratava o esporte como coisa secundária. Agora, o esporte é tratado como instrumento de inclusão social e de crescimento das pessoas. É por aí que vamos formar um povo mais saudável e sadio. (ROUSEFF, Dilma. Programa de Rádio [Propaganda eleitoral]. 25 de outubro de 2010. Acesso em: 26/10/10)

Um ponto também bastante freqüente é a utilização do termo cidadania. A utilização do termo cidadania recorre muito mais a uma “artimanha verborrágica”, com o intuito de “acalantar” as crianças e os jovens participantes nos projetos de caráter assistencialista, que servem como uma espécie de “maquiagem”, um “analgésico social”. Sua manifestação estabelece uma pseudo-intervenção estatal, do Mercado, ou do Terceiro Setor, por meio de um discurso superficial, salvacionista e irrefletido, vinculado ao esporte.

(Rezer *et al.* 2007; Melo, 2005)

Para Melo (2005), os esportes podem sim possibilitar diversos tipos de relação do indivíduo com o mundo, constituindo nessas manifestações a construção de um projeto que galgue uma melhoria das condições gerais de vida. Entretanto, a existência da ideia de um caráter redentor de uma cidadania perdida, bem como o aproveitamento político do termo, buscando a obtenção de um consenso, não pode ser desprezado. Neste caso, não se trata de desvalorizar ou não considerar sua importância no dia-a-dia das pessoas atendidas, uma vez que pouco importa de qual esfera política venha essa intervenção; o desafio, porém, significa compreender os aspectos políticos de sua vinculação e a capacidade de atingir tais metas.

O que se julga na verdade é se a prática esportiva por si só garante a cidadania, se há relação com o processo de conquista e manutenção da mesma, ou ainda se é possível resgatar o termo num contexto social, que, apesar das novas opções de prática de esporte e lazer, outros problemas diários na comunidade em questão permanecem.

Os valores sócio-educacionais da prática esportiva e de lazer, e a ótica puramente assistencialista, clientelista e instrumentalista da área não deveria se constituir como a referência base para a intervenção dos projetos sociais. Adotar essa postura pode significar uma negligência da nossa Constituição e um desrespeito às comunidades discriminadas quando tratadas como “carentes e vulneráveis”. Os projetos sociais do Terceiro Setor não deveriam ter sua existência indefinida, uma vez que sua intervenção deveria possuir um caráter emergencial para suprir eventuais lacunas nas políticas públicas estatais na área. Desta forma, um projeto social com ação “imortal” não estaria cumprindo seu papel, mantendo a população envolvida como eterna comunidade carente. Assim, significa dizer que se existissem políticas públicas de esporte e lazer satisfatórias e a legislação fosse cumprida, não haveria sentido a existência dos projetos sociais, independente da área de atuação. (CORREIA, 2008).

Esta reflexão atinge um maior sentido quando se é pensada no interior do “mercado ou marketing social”, vertente criada pelo Terceiro Setor como meio de marketing e publicidade, onde muitas vezes suas intervenções são feitas pontualmente sem tanta relevância prática se observarmos o problema em questão como um todo.



Nesse sentido, a utilização da Educação Física, do Esporte e do Lazer como meras atividades de entretenimento ou de consumo contribui para a manutenção e exploração das comunidades “carentes” pelo marketing social, haja vista existir, muitas vezes, a ausência de um pensamento emancipatório que dê a essas comunidades mecanismos para uma transformação social.

Apesar de não existir um levantamento sistemático desses projetos em território nacional (uma vez que possuem um escopo bastante diversificado, podendo resultar de uma atividade de voluntariado local, ou até serem produzidos em instituições com organização exemplar), Guedes *et al.* (2006) relatam que os esportes de uma maneira geral têm sido alvo de estratégias privilegiadas para alcançar crianças e jovens. Em alguns casos, é o foco único, e em outros, as atividades esportivas articulam-se a atividades profissionalizantes, ou vinculadas ao processo de escolarização formal.

Para Melo (2007 a), o curioso é que algumas vezes tais projetos que possuem cunho “sócio-educativo” apresentam práticas pouco “sociais”, tais como: a precariedade do trabalho docente; a seleção esportiva dos mais aptos em detrimento da vivência esportiva dos demais; o ato de dar aos direitos sociais a ideia de filantropia por meio de abordagens salvacionistas, dentre outros.

Ao pesquisar a ótica dos indivíduos participantes de projetos sociais, Molina (2007) aponta que os jovens reconhecem os espaços de práticas esportivas como lugares privilegiados na construção de amizades e relações afetivas. Para os entrevistados, neste mesmo espaço é possível erguer apoios e respostas sobre dificuldades e obstáculos advindos de processos sociais mais amplos.

A autora afirma, ainda, que os Projetos Sociais se constituem para os participantes como ricos no desenvolvimento de comportamentos sociais, desejáveis ou não-desejáveis pelos pais, pelos professores e pela sociedade em geral.

Segundo Molina (2007), existe um consenso entre os estudiosos da juventude que a grande contribuição que o período da adolescência dá na vida do indivíduo é a construção da subjetividade de modo a possibilitar seu autoconhecimento pela convivência intensa e concomitante, com as mudanças corporais, sociais e emocionais.

Nesse sentido, as oficinas de prática esportiva podem exercer um papel importante nesse processo. Os jovens participantes reconhecem que por meio desta atividade têm a oportunidade de pertencerem a um grupo, e constroem-se como sujeitos, formando opiniões positivas a respeito do espaço em questão e de si próprios.

A sensação de protagonismo (pertencimento e autonomia do gesto) organizada de forma coletiva no interior do âmbito esportivo, rege, justifica, simboliza, dá prazer e consolida as relações sociais dos jovens participantes e estabelece muitas experiências com um grande impacto em suas identidades.

Na concepção de Molina (2007), as Políticas de Esporte ainda são organizadas com pouca atenção dada às expectativas do público participante. No caso específico da juventude estão muito mais preocupadas com os mecanismos de controle e troca. Por serem capazes de causar um impacto significativo no processo de subjetividade juvenil, a autora acredita que os Programas e Projetos Sociais (que oportunizam a prática de esporte em espaços e grupos organizados) possam, a partir da construção de propostas político-pedagógicas mais sólidas e comprometidas com a vida presente da juventude (e não simplesmente a vida futura), vir a ser espaços que efetivamente incentivem o diálogo com os jovens.

Para Tabares (2006), a relação do Esporte e Lazer com os projetos sociais passa pela ação de provocar condições e oportunidade de acesso e permanência e deve ser entendida não como uma dádiva que o Estado ou uma instituição não-governamental possibilita, mas, sim, como mecanismo de



transformação das condições que impedem tal acesso. Nesse sentido, segundo o autor, essa ação requer uma construção de dispositivos que marquem as características da intervenção.

Acreditamos que as intenções dos projetos devem estar bastante explícitas haja vista que o Esporte e o Lazer podem ser mediadores de processos de participação e fortalecimento das camadas mais fragilizadas da população, mas também mediadores de processos de desmobilização e alienação.

Ao se apontar o esporte um elemento “socializador” e “educativo”, contribuindo na aprendizagem de valores, normas, comportamentos e habilidades sociais, utiliza-se uma estratégia de prevenção social, capaz de transformar as condutas do indivíduo, objetivando que este se integre com os demais indivíduos comuns à sua sociedade.

O esporte socializador e educativo tem como principal meta a participação assídua e indiscriminada de todos os participantes, independente de gêneros, habilidades motoras, etnias, ou ainda resultados de vitória ou derrota dentro do jogo. Esta perspectiva pode ser a mais aceita e adequada para a intervenção de projetos sociais que objetivem ao seu modo interferir positivamente na comunidade que atende.

Coadunamos com o pensamento de Melo (2008) sobre a necessidade de analisar profundamente estas iniciativas, de modo a contribuir para o desenvolvimento das mesmas. A própria natureza (esporte e lazer) nos coloca algumas dificuldades de controle, monitoramento e identificação do alcance e sucesso dos objetivos estabelecidos. Além disso, existe outra questão carente de uma melhor análise: A falta de uma compreensão teórica mais aprofundada, ou seja, uma intervenção que muitas vezes chega a desconsiderar elementos e dimensões fundamentais no que se refere às particularidades dos locais em que se inserem.

Muitas destas ações são construídas sem o necessário levantamento diagnóstico da importância de tais atividades. A demanda da comunidade atendida, o relacionamento com os profissionais envolvidos, ou ainda os objetivos da Instituição que propõe o projeto, em diversos casos não são levadas em consideração.

Pensar em uma oferta de caráter público precede uma formulação e execução de ações que procurem suprir demandas sociais pré-existentes. A partir da formulação, e do diagnóstico fiel e exato da demanda, é possível pensar em ações teórico-metodológicas que atendam significativamente e articule o alcance dos objetivos a que se propõem.

Acreditamos que o sucesso e o fortalecimento da ação de um projeto social se dão de acordo com a percepção prévia e a compreensão total dos limites sociais e educacionais que se apresenta no contexto em lócus. Isto trará subsídios e mecanismos para potencializar as possibilidades que por ali se encontram.

Superar concepções e discursos lineares já consolidados no senso comum, articular novas ações, refletir em outras possibilidades de atuação, a partir do entendimento de uma configuração total de todos os que direta e indiretamente serão beneficiados parecem representar o verdadeiro valor de uma ação voltada para a esfera pública, superando uma perspectiva que muitas vezes se configura como pontual, assistencialista e compensatória.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.



ARMANI, Domingo. **Como elaborar projetos**: Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria. Terceiro Setor, Estado e cidadania: (re)construção de um espaço político? In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor**: Dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva. As potencialidades de uma abordagem crítica sobre os dilemas e polêmicas relativas ao Terceiro Setor. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor**: Dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

CORREIA, Marcos Miranda. Projetos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões preliminares para uma Gestão Social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 29, n.3, p. 91-105, maio 2008.

GUEDES, Simoni Laduh *et al.* Projetos Sociais Esportivos: notas de pesquisa. 'Usos do Passado'. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Disponível em:
<<http://www.rj.anpuh.org.resources/rj/Anais/2006/conferencia/Simoni%20LGuedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>>. Acesso em: 14/05/2009.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **Projetos e ações sociais de esporte e lazer**: A intervenção do Projeto Santo Amaro e sua dinâmica interinstitucionais de parcerias. Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2010. (Dissertação – Mestrado em Educação)

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; MELO, Marcelo Paula de. Políticas Públicas de Esporte para juventude na baixada Fluminense/RJ: Uma discussão introdutória. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t034.pdf>> Acesso em: 12/06/2008.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. Esporte Social futebol clube: contradições e dilemas em nosso tempo. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, n. 35, p. 54-58, 2007a.

_____. Neoliberalismo de Terceira Via e seu impacto nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer: um debate com a produção teórica. In: SILVA, Maurício Roberto da (org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**: as políticas públicas em foco. Chapecó, SC: Argos, 2007b.



MELO, Victor Andrade de. “Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões. In: **Revista Quaderns d’Animació e educació social**. N° 7, enero de 2008. Disponível em: <http://quadernsanimacio.net>.

MOLINA, Rosane Kreuzburg. Políticas de Esporte e Projetos Sociais: Impactos nos processos de subjetivação dos jovens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Recife. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/278.pdf>> Acesso em 30/03/2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Bruno Assis de; HÚNGARO, Edson Marcelo. O crescimento do terceiro setor no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15, 2007, Recife. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/273.pdf>> Acesso em 30/03/2008.

PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

REZER, R. *et al.* Reflexões críticas a partir das experiências do Programa Esporte Emancipação – focos de ruptura frente ao paradigma da “inclusão social”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15, 2007, Recife. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/cd/resumos/246.pdf>> Acesso em 30/03/2008.

ROUSEFF, Dilma. Programa de Rádio [Propaganda eleitoral]. 25 de outubro de 2010. Acesso em: 26/10/10.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

SILVA, Maurício Roberto da. **Esporte, educação estado e sociedade**: as políticas públicas em foco. Chapecó, SC: Argos, 2007.

TABARES, José Fernando. O Esporte e a Recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. In: MELO, Victor Andrade de; TAVARES, Carla (orgs.). **O exercício reflexivo do movimento**: educação física, lazer e inclusão. Rio de Janeiro: Shape, 2006.



TAVARES, Sérgio Ferreira. Avaliação de Projetos Sócio-esportivos. In: MELO, Victor Andrade de; TAVARES, Carla (orgs.). **O exercício reflexivo do movimento**: educação física, lazer e inclusão. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

THOMASSIM, Luiz Eduardo Cunha; STIGGER, Marco Paulo. **Estudos socioculturais do esporte super-oferta de projetos sociais esportivos**: Superando as imagens públicas idealizadas sobre essas ações. In: Anais do I Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2009.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões Sociais do Esporte**. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSITY JOHN HOPKINS. **Handbook on Non-Profit Institutions in the system of national accounts**. Studies in Methods Series. n. 91, New York, 2003.

Endereço: Rua Manuel de Carvalho, 267 Apt° 101 Aflitos. CEP: 52050-370. Recife/PE.
E-mail: lucianoleonidio@gmail.com
Comunicação Oral: Computador e Data Show